



AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE: EXEMPLO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA **URBAN AGRICULTURE IN BELO HORIZONTE: AN EXAMPLE OF FOOD SAFETY AND QUALITY OF LIFE**

Autores:

Bárbara Carolina Meira Ramos

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

barbara.ramos1@estudante.ufla.br

Rafael Eduardo Chiodi

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

rafaelchiodi@ufla.br

Grupo de Trabalho (GT): GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

A discussão quanto agricultura urbana não é recente, envolvendo debates quanto as diferenças e semelhanças entre espaço urbano e espaço rural. Este trabalho discute a implementação da agricultura urbana em Belo Horizonte e seu impacto sobre a população envolvida direta e indiretamente, com enfoque na segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida. Por meio de uma breve revisão de literatura sobre o conceito de agricultura urbana discorre-se o que sua aplicação significa sobre o relacionamento da cidade com o meio e saberes rurais. Em seguida é feita uma exposição sobre a implementação na capital mineira e, em seguida, a discussão sobre o impacto na qualidade de vida dos envolvidos.

Palavras-chave: agricultura urbana; segurança alimentar e nutricional; agroecologia

Abstract

The discussion regarding urban agriculture is not recent, involving debates regarding the differences and similarities between urban and rural spaces. This paper discusses the implementation of urban agriculture in Belo Horizonte and its impact on the population directly and indirectly involved, focusing on food security and improving the quality of life. Through a brief literature review on the concept of urban agriculture, we discuss what its implementation means regarding the city's relationship with the rural space and knowledge. This part is followed by an exposition about the implementation in the capital of Minas Gerais and then the discussion about the impact on the quality of life of those involved.

Key words: urban agriculture; food and nutrition safety; agroecology

1. Introdução

A agricultura e a cidade sempre estiveram conectadas, apresentando estreita ligação durante todo o período de existência das comunidades não-nômades (BOUKHARAEVA *et al.*, 2005; JACOBS, 1971). Contudo, foi trazida uma maior atenção a práticas agroecológicas por instituições internacionais, governamentais e não governamentais (ONGs) como resposta a diversos problemas de cunho sócio-econômico-ambiental ocasionados pela intensa urbanização (COSTA; ALMEIDA, 2017)

Em 2018, 55% da população mundial se encontrava em áreas urbanas, sendo a América do Norte a região com maior porcentagem, sendo 81% ocupando os centros urbanos. Por outro lado, a África tem um perfil mais rural, com 43% de sua população concentrada em áreas rurais (ONU, 2019). O Brasil apresenta uma população com perfil mais urbano contando com 84,72% localizada em cidades e 15,8% em áreas rurais (IBGE, 2015).



Prevê-se que em 2050, dois terços da população mundial viverão em áreas urbanas e 3 bilhões de pessoas não terão acesso suficiente à saúde, energia, saneamento básico e alimentos saudáveis (ONU, 2019). Não obstante, o crescimento de centros urbanos e o ainda presente e constante êxodo rural resultam em um distanciamento dos consumidores dos produtores de alimentos, resultando em um aumento da cadeia agroalimentar e, conseqüentemente, impactando na mudança climática (BENIS; FERRÃO, 2016; STEENKAMP *et al.*, 2021). Além disso, a pandemia causada pelo vírus da COVID-19 demonstrou a fragilidade das atuais cadeias agroalimentares, demonstrando que há necessidade de repensar o relacionamento e o contato de áreas urbanas com o meio rural produtivo (LAL, 2020).

Vista como uma resposta à urbanização, a agricultura urbana (AU) tem como alguns de seus objetivos a melhora e o aumento da segurança alimentar, assim como o encurtamento das cadeias agroalimentares e, conseqüentemente, melhora do bem-estar social, trazendo luz aos debates como questão ambiental nas cidades e o entrave do acesso à terra e a segregação socioespacial que a maioria da população urbana está submetida (STEENKAMP *et al.*, 2021; COUTINHO; COSTA, 2011).

O cenário atual de pesquisas reflete o momento de busca de alternativas para o atual sistema agroalimentar, enumerando-se a desregulamentação dos mercados nacionais de alimentos, aumento de preços dos alimentos no mundo (desde 2008), as crises de segurança alimentar, a crescente oligopolização dos mercados, a não observância às regras de preservação ambiental, entre outros aspectos associados à alimentação (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Neste sentido, o objetivo central do trabalho é apresentar aspectos relacionados ao apoio público dado à agricultura urbana no município de Belo Horizonte - MG. Busca-se retratar alguns resultados no âmbito do abastecimento urbano, além de apontar referências dos efeitos promovidos em aspectos da qualidade de vida de parcela da população do município.

Para o trabalho foi conduzida uma breve revisão de literatura quanto ao tema da AU, seguida pela análise de sua aplicação na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, a partir de dados secundários coletados por grupos que participam ativamente da iniciativa. A pesquisa, portanto, apresenta um caráter exploratório qualitativo, baseando-se na análise do impacto social da implementação da AU em Belo Horizonte.

Agricultura urbana e políticas públicas

A expressão agricultura urbana aparece como espaços que são historicamente vistos como opostos — o espaço construído do espaço de uso agrícola (COUTINHO; COSTA, 2011; SMIT; RATTA; NASR, 1996). O espaço urbano, construído e em construção, está a ser reorganizado por causa da procura dos recursos naturais cada vez mais escassos (LEFEBVRE, 1993, p. 350). Assim sendo, a implementação, reconhecimento e incentivo de práticas agrícolas no ambiente da cidade é uma forma de pensar nesse espaço a partir da cultura e saberes da terra (LEFEBVRE, 1999, p. 36; COSTA; ALMEIDA, 2017).

O conceito mais utilizado é o de Mougeot (2000, p. 11), que ao procurar definir a agricultura urbana ou periurbana aborda tanto a questão de localização quanto sua integração ao ecossistema urbano, definindo-a como “*uma indústria localizada dentro ou próxima a uma cidade ou uma metrópole, a qual planta ou cria, processa e distribui uma diversidade de produtos advindos ou não de alimentos, (...) produzindo e fornecendo recursos humanos e materiais, produtos, e serviços para a área urbana*”.

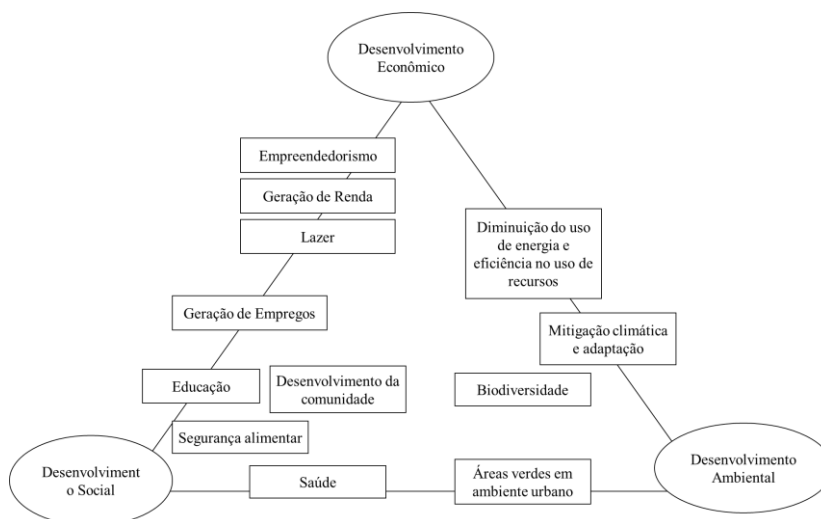
Logo, ao trazer essa discussão, compara agricultura urbana e periurbana (AUPs) com a agricultura realizada em local propriamente rural, afirmando que a única característica que as diferencia é onde ocorrem. Também diferencia a agricultura urbana (AU) da periurbana (AP) por APs estarem mais próximas com áreas rurais e, logo, sofrem mudanças agrícolas mais profundas do que AUs.

No Brasil, usa-se como referência a definição do documento resultante da pesquisa feita pela organização REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Belo Horizonte/MG) pelo Instituto IPES de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Lima/Peru), classificando a AUP como uma atividade multidimensional que *“inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes, etc) (...) vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.”* (COSTA; ALMEIDA, 2017; SANTANDREU; LOVO, 2007).

Logo, retira-se que a agricultura urbana agrega práticas produtivas voltadas para o consumo próprio e/ou venda para o mercado local urbano, ocorrendo em diferentes áreas seja de modo informal e espontâneo ou implementado no Plano Diretor da cidade (COUTINHO; COSTA, 2011; COSTA; ALMEIDA, 2017).

Vários autores trazem as diversas contribuições sociais que ocorrem com a implementação de AUPs, sendo uma das mais discutidas a diminuição da fome, melhora da nutrição de indivíduos e a queda dos preços de alimentos, permitindo que famílias de menor renda consigam economizar e ter acesso financeiro a outros bens e serviços (SMIT; RATTI; NASR, 1996) (Figura 1).

Figura 1. Potenciais benefícios relacionados à implementação de AU visualizados através da teoria *Triple Bottom Line*



Fonte: Adaptado de Steenkamp *et al.* (2021).



AUPs incorporam práticas que conduzem ciclos produtivos, reutilizáveis e autônomos de resíduos e nutrientes, contribuindo para ambientes seguros e não poluentes (LEE; BINNS; DIXON, 2010). A gestão de resíduos sólidos e líquidos, devidamente tratados, podem ser aplicados nas lavouras com segurança, diminuindo o impacto nos sistemas de disposição de resíduos. Há também a possibilidade de impacto no uso de energia, pois ao cultivar em espaços próximos ao de consumo o gasto com refrigeração, transporte e armazenamento é reduzido, influenciando também na minimização do desperdício de alimentos (LEE; BINNS; DIXON, 2010; LAL, 2020).

No final do século XX, o perfil de planejadores e administradores urbanos mostrava-se mais tendencioso à aversão a AUPs caracterizando-as como uma atividade marginal, temporária e arcaica (EGZIABHER *et al.*, 1994). Atualmente, diversas cidades em países em desenvolvimento, como Hanoi, no Vietnã (LEE; BINNS; DIXON, 2010), Rosario, na Argentina (STEENKAMP *et al.*, 2021), e diversas cidades no Brasil, dando destaque à Belo Horizonte (FUTURE POLICY, 2020), estimulam o uso de AUPs como resposta para urbanização, insegurança alimentar e mudança climática (NAZURI *et al.*, 2022).

Contudo, tais benefícios só são possíveis através de políticas públicas bem planejadas, pois é necessária uma infraestrutura para suportar a implementação, desenvolvimento, resíduos e perpetuação de AUPs (FGVces, 2022).

Agricultura urbana em Belo Horizonte

O Brasil apresenta diversos casos de AUPs bem estabelecidas, como o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) em São Paulo, criado pela Lei 13.727/04; o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) um dos principais instrumentos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), lançado em 2013 por meio do Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012; o Programa Municipal de Agricultura Urbana em Palmas, instituído pela Lei nº 1329/2004, entre tantos outros que variam entre programas de fomento à produção, apoio técnico e capacitação, e centro de comercialização e distribuição (INSTITUTO ESCOLHAS, 2022a).

Entre todos os programas de implementação de AUPs no Brasil, o de Belo Horizonte possui destaque. Mesmo antes de ser selecionada pela IPES e pela Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAF), da Holanda, Belo Horizonte já havia iniciado debate sobre implantação de AUP em 1993 com a Secretaria Municipal de Abastecimento e com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, implementando-se em 1996 o primeiro Centro de Vivência Agroecológica (COUTINHO; COSTA, 2011).

Quando Aarão Reis planejou a fundação de Belo Horizonte em 1895 incluiu um "cinturão" de produção rural, contudo esse cinturão foi consumido pela expansão urbana, atualmente se encontrando na região metropolitana de Belo Horizonte (PASSOS, 2009; PAIVA, 2019). Com a expansão diminuindo a área agricultável, houve um enorme impacto na produção de alimentos na região e, sob o mandato de Juscelino Kubitschek, ocorreu a institucionalização das feiras livres e a abertura do primeiro restaurante popular em 1943 (DELGADO, 2018).



Com 2,5 milhões de habitantes somente na capital e mais de 5 milhões somando os 34 municípios em sua região metropolitana (RMBH), Belo Horizonte é pioneira em manejar consumo, distribuição e produção de alimentos (ROCHA; LASSA, 2009). Em 1993, Patrus Ananias criou a Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN) que foi responsável pela implementação do Programa de Segurança Alimentar de Belo Horizonte. A SMASAN foi renomeada em 2017 para Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), nome qual será utilizado durante o trabalho.

A SUSAN fomenta a implantação e manutenção de unidades produtivas (UP) por meio da doação de insumos e assistência técnica. Para que uma área seja transformada em UP é necessário seguir um procedimento da Prefeitura: o cadastro através de uma chamada pública anual, em que a Prefeitura avalia se a área sinalizada é apta e/ou habilitada para a implementação, assim como se há um grupo mobilizado de três ou mais famílias, no caso de UP coletivas comunitárias (UPCC), para firmar o comprometimento com a manutenção da horta (INSTITUTO ESCOLHAS, 2022b, p. 22).

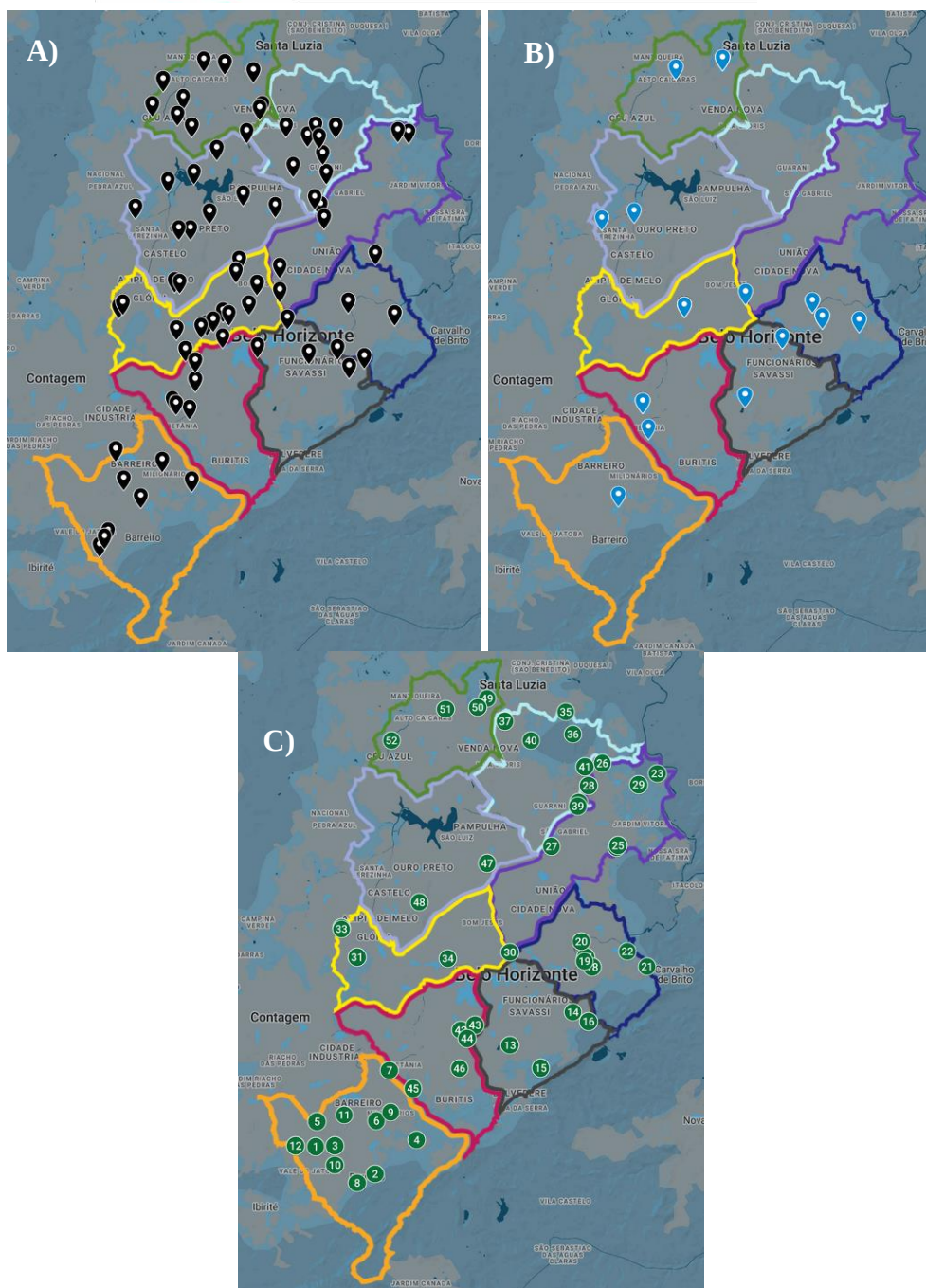
No caso de UPCCs, ainda é realizada uma análise documental e pré-classificação baseados em área de terreno indicado, experiência em cultivo, número de famílias, população incluída no CaÚnico e/ou em situação de pobreza, presença de crianças, negros e indígenas, comunidades de Territórios de Tradição, situação de rua, existência de associativismo e outras entidades parceiras. Após a habilitação, ocorre a capacitação dos envolvidos em três etapas: a construção social do grupo com reuniões, elaborações do regimento e planejamento da ocupação e atividades; a formação técnica do grupo; e a preparação da área e no plantio inicial (INSTITUTO ESCOLHAS, 2022b, p. 22).

Contudo, há UPs que não participam e/ou realizam processos de capacitação ou participam de redes ou grupos relacionados à agricultura urbana, como a UP Nossa Horta: plantar é saudável na região do Barreiro e a Horta Esperança na região Centro Sul (BELO HORIZONTE, 2022).

Belo Horizonte conta com 41 UPs distribuídas pela cidade, sendo classificadas em seis tipos de acordo com a Diretoria de Fomento em Agroecologia e Abastecimento: 1) UP Institucionais públicas; 2) UP Institucional privada sem fins econômicos; 3) UP Institucionais privadas com fins econômicos; 4) UP Coletivas/Comunitárias; 5) UP Territórios de Tradição; e 6) UP Familiar (BELO HORIZONTE, 2019). Nesse trabalho serão abordadas as UP Institucionais sem fins econômicos (escolares), UP Institucionais públicas e UP Coletivas/Comunitárias.

As UPs seguem o manejo de sistemas agroecológicos, desenvolvendo diversos tipos de cultivos como hortaliças, frutíferas, agroflorestas, espécies anuais, medicinais, aromáticas, condimentares, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), flores, compostagem e criação de animais realizado de forma integrada e com base nos princípios da agroecologia (BELO HORIZONTE, 2019a).

Figura 2. A) Localização das UPs Institucionais (marcações pretas) nas regionais de Belo Horizonte; B) Localização de Sacolões ABasteCer; C) Localização das UPs coletivas/comunitárias no município de Belo Horizonte



Fonte: Adaptado de BELO HORIZONTE (2019a; 2019b)

Dentre as UPs, encontram-se os Sacolões ABasteCer, ou “ABC”; sacolões municipais que devem disponibilizar obrigatoriamente hortifrutigranjeiros com 20 itens cujos preços máximos são controlados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, através da SUSAN de acordo com a Portaria SMASAC Nº 110/2020 (Quadro 1).



Quadro 1. MIX obrigatórios e permanentes a serem ofertados pelos sacolões ABasteCer, sendo composto por no mínimo 3 tipos de frutas, 12 tipos de hortaliças e 1 alimento proteico.

Hortaliças	Frutas	Alimento Proteico
Abóbora	Abacate	Ovo Branco Grande
Abobrinha	Abacaxi	
Alface	Banana	
Almeirão	Goiaba	
Batata doce	Laranja	
Batata lisa	Limão	
Beterraba	Mamão	
Berinjela	Manga	
Cebola	Maçã	
Cenoura	Maracujá	
Chuchu	Melancia	
Couve	Tangerina	
Espinafre		
Inhame ou Cará		
Jiló		
Mandioca		
Mostarda		
Milho verde		
Pepino		
Quiabo		
Repolho		
Tomate		
Vagem		

Fonte: Adaptado de BELO HORIZONTE (2020)

O sistema alternativo alimentar de BH conta com três pilares: 1) fornecimento direto de alimentação à população, por meio de RPs, da alimentação escolar, da assistência alimentar a entidades socioassistenciais, da assistência alimentar emergencial a famílias em situação de insegurança alimentar e do banco de alimentos; 2) regulação e promoção de feiras para fornecer alimentos de baixo custo à população por meio dos sacolões ABasteCer; 3) o fortalecimento da agricultura familiar e urbana, com base na agroecologia, por meio dos sistemas agroecológicos institucionais e comunitários, a implantação de quintais produtivos, sistemas agroflorestais, pomares e horas comunitárias em comunidades vulneráveis para desenvolvimento de territórios sustentáveis, e as compras institucionais da agricultura familiar (BELO HORIZONTE, 2021).

Melhora da qualidade de vida

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2012), qualidade de vida é definida pela “*percepção que os indivíduos têm de sua posição na vida em um contexto cultural e de sistemas de valores em que vivem e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações*”. Desse modo, a qualidade de vida é um conceito subjetivo e de difícil mensuração, logo, sugere-se a avaliação da qualidade de vida “percebida”, visto que a OMS compreende o contexto social, cultural e ambiental para sua mensuração.



Como uma atividade ancorada nos princípios, práticas e diretrizes técnica-produtivas e sócio-organizativas da agroecologia, não se enfoca somente na utilização de um espaço urbano para uso agrícola, mas também a melhoria da qualidade de vida da população envolvida e atingida (BELO HORIZONTE, 2022). Através de uma abordagem lefebvriana tem-se o direito à cidade posto em voga para além do espaço como um potencial mercado e produção capitalista, sim, como uma possibilidade de função social (SOUZA *et al.*, 2021).

Nesse trabalho foi analisado a qualidade de vida a partir do acesso a alimentos diversificados e considerados de boa qualidade, assim como o aproveitamento do espaço urbano, provenientes da implementação da AU.

A implementação da AU é feita em parceria da Prefeitura de Belo Horizonte com diversas iniciativas de diferentes naturezas como a Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!), grupo de pesquisa, extensão e ensino da UFMG, e a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (AMAU), coletivo composto por grupos comunitários informais, associações comunitárias, movimentos sociais de luta pela terra, por moradia movimento feminista, grupos de permacultura e alimentação saudável, empreendimentos de economia solidária, pastorais sociais, redes, ONGs e estudantes.

Logo, a participação da sociedade civil por si só pode ser vista como uma procura ativa pela melhora da qualidade de vida, visto que a maioria da população atingida e em atividade na AU pertencem a bairros periféricos e de baixa renda. Vilas e favelas realizam a agricultura em quintais produtivos, hortas comunitárias e espaços similares, associados à vida cotidiana da população ali localizada e que acabam se integrando ao ambiente domiciliar e público (SOUZA *et al.*, 2021).

De acordo com Belo Horizonte (2022), 9 das 41 UPs distribuídas pela capital participam da construção do Sistema Participativo de Garantia, programa que reúne produtores e pessoas interessadas para garantir a produção e qualidade de produtos orgânicos de acordo com as exigências técnicas da produção. Entre as plantações estão hortaliças, frutíferas, plantas medicinais, plantas aromáticas e condimentares, PANCs, plantas para usos espirituais e religiosos e, até mesmo, pequenos animais como galinhas.

Os locais utilizados para as atividades vão desde lotes vagos a praças e parques, variando em tamanhos como a UP Horta do Centro de Saúde Conjunto Novo Aarão Reis, na região norte de Belo Horizonte, com 40 m² e a Horta Familiar do Vitória com 1400 m², também na região norte. Independentemente do tamanho do local utilizado e de sua produtividade, há a escolha de comercializar o que se é produzido, exemplo são o CEVAE Morro das Pedras, na região Oeste, com 290m² que comercializa parte de sua produção enquanto a Horta do Abrigo Pompéia, na região Leste, com 210m² não comercializa, sendo somente para autoconsumo (BELO HORIZONTE, 2022).

Como visto anteriormente, nos 30 anos desde a implementação da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Belo Horizonte tornou-se referência em segurança alimentar, implementando também o sistema alimentar alternativo que proporciona o fornecimento direto de alimentação à população através dos RPs, da alimentação escolar, da assistência alimentar e do banco de alimentos; os sacolões ABC, os Mercados Municipais, as feiras livres/ e o fortalecimento da agricultura familiar e urbana com base na agroecologia (BELO HORIZONTE, 2021, p. 6).



Somente em 2019, foram servidas mais de 90 milhões de refeições à rede escolar e socioassistencial, mais de 2,5 milhões de refeições servidas nos Restaurantes Populares, 387 toneladas de alimentos doados pelo Banco de Alimentos, 19 mil toneladas de alimentos comercializados no AbasteCer e mais de 1 milhão de quilos de alimentos contratados da agricultura familiar. Os RP ofertam café da manhã à R\$ 0,75, almoço à R\$ 3,00 e jantar à R\$ 1,50 (BELO HORIZONTE, 2021, p. 6).

Além do aumento na segurança alimentar proporcionado pela regulação de preços e oferta de refeições acessíveis, a AU proporciona o contato entre os agricultores e aumento da qualidade de vida. Trabalho realizado no Projeto Jardim Produtivo por Coutinho (2010) verificou como a vizinhança do Bairro Solar, no Barreiro, havia se apropriado do espaço público e, com as técnicas agroecológicas aprendidas, ocorreu excedente de produtos para a comercialização e a comunidade comprava alimentos variados, frescos e livres de agrotóxicos. Também ocorria a discussão de questões de interesse coletivo e criação de laços que contribuíam para a dignidade das pessoas envolvidas.

Além da alimentação, a AU também contribui com plantas para fins medicinais e terapêuticos, o espaço para o lazer e recreação, para o desenvolvimento de experimentações e pesquisas agrônômicas, aprendizado e realização de cursos e a manutenção de culturas e práticas religiosas (SOUZA *et al.*, 2021).

A AU também oferece o fortalecimento de referências culturais e vínculos da população urbana com a rural, visto que um de seus pilares é a difusão dos saberes rurais (BELO HORIZONTE, 2008; COUTINHO; COSTA, 2012). Os encontros e atividades promovidos pela AMAU, há trocas de informações sobre movimentos sociais e políticas públicas, assim como discutir temas como a relação da agricultura, alimentação e saúde e a dificuldade de acesso à alimentação de qualidade por populações de baixa renda (COUTINHO; COSTA, 2012; CARVALHO, 2021, p. 89).

É visível o impacto social nos envolvidos diretamente com a AU, mas há também quem seja atingido indiretamente. A ocupação de áreas ociosas diminui áreas que podem ser aproveitadas para uso de drogas e/ou crimes; há uma descentralização das relações comerciais, melhorando o trânsito em bairros; a formação de empregos e oferta de fonte alternativa de renda para populações sob risco social; embelezamento da cidade, entre diversos outros pontos (MOURA; FERREIRA; LARA, 2013).

Apesar desses dados, assim como discute Almeida (2016) e AUÊ! (2022), os dados fornecidos para uma análise mais aprofundada da real situação da AU e seus desdobramentos em Belo Horizonte e na RMBH têm lacunas. As coletas feitas possuem metodologias diferentes e ocorrem em unidades territoriais distintas, como o INCRA que foca na propriedade de terras enquanto o IBGE-Censo Agropecuário é voltado para a atividade agropecuária.

É necessário que haja um consenso sobre as definições de áreas rurais e áreas urbanas, sendo essa definição essencial para o planejamento, gestão territorial e aplicação de plano diretor.

Conclusão

A nova atenção para uma antiga prática mostra-se como resultado de uma série de mudanças fundamentais na percepção e perspectiva dos consumidores sobre a cadeia



agroalimentar. A atenção que AU e AP recebem é, em parte, consequência de um aumento mais geral da preocupação do público com questões como ecologia, saúde e bem-estar animal, resultando no surgimento de um potencial mercado para produtos alimentícios que se distinguem, de modo confiável, em um ou mais dos aspectos questionados da qualidade dos alimentos, mesmo que essa mudança da percepção tenha surgido pela crescente falta de confiança na qualidade dos alimentos procedentes da agricultura convencional.

A AU está longe de suprir uma cidade por completo, principalmente metrópoles como Belo Horizonte e, especialmente, no contexto de demanda e consumo em que a população urbana se encontra atualmente. Porém, é claro o impacto positivo que a implementação de uma AU tem direta e indiretamente na população urbana marginalizada.

Fica evidenciado o alcance da AU se bem planejada e regida, assim como a necessidade de um planejamento urbano que considere o ambiente urbano como um local de vivência e convivência, sendo possível a interação com os saberes do campo mesmo que em sua própria dinâmica integrada no ecossistema urbano.

Ressalta-se a importância da coleta bem feita de dados para análise de tais iniciativas, especialmente as que envolvem um alto número e envolvimento da sociedade civil. Há uma lacuna de dados em relação ao perfil nutricional dos alimentos que vão para as feiras livres, escolas e doados aos bancos de alimentos. Os trabalhos encontrados que discutem sobre isso não focam na procedência desses alimentos, somente os quais se encontram *in loco*.

Conclui-se, então, que a AUP, apesar de seus desafios, apresenta-se como uma alternativa viável para a melhora da qualidade de vida, do acesso à alimentos de qualidade e como uma ferramenta à mitigação do desperdício e perda de alimentos que se tornou um dos principais problemas a ser combatido nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Daniela A. O. de. Isto e Aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. 439 p. Disponível em: https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo_agriculturas-e-producao3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh_daniela-adil-compressed.pdf

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)/Organizado por Angela Christina Ferreira Lara e Daniela Almeida. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. UNIDADES PRODUTIVAS INSTITUCIONAIS. 2019a. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/institucionais>>. Acessado em 02 de dezembro de 2022.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.



SACOLÃO ABASTECER. 2019b. Disponível em: <
<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/11omunitaria11cao/11omunit-abastecer>>. Acessado em 02 de dezembro de 2022.

BELO HORIZONTE. PORTARIA SMASAC Nº110, 15 de outubro de 2020. Disponível em:
<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1234772>>.
Acessado em 02 de dezembro de 2022

BELO HORIZONTE. Revista Alimenta. Ed. 1. 2021. Disponível em: <
https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/SUSAN/susan_revista-alimenta_20210426.pdf>. Acessado em 02 de dezembro de 2022

BELO HORIZONTE, 2022. Fichas – Unidades Produtivas coletivas/comunitárias da Agricultura Urbana de Belo Horizonte – Acompanhadas pela SUSAN/SMASAC – PBH. Disponível em: <
[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2022/Fichas%20Ups_coletiva_comunitaria_Belo%20Horizonte_VERSAO%20fev.2022%20\(1\).pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2022/Fichas%20Ups_coletiva_comunitaria_Belo%20Horizonte_VERSAO%20fev.2022%20(1).pdf)>. Acessado em 17 de março de 2023

BENIS, K., & FERRÃO, P. Potential mitigation of the environmental impacts of food systems through urban and peri-urban agriculture (UPA) – a life cycle assessment approach. *Journal of Cleaner Production*, 140, 784–795. 2017 doi:10.1016/j.jclepro.2016.05.176

BOUKHARAEVA, L. M.; CHIANCA, G. K.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. T. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n.2, p. 413-425, 2005. <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2005.v22.8677>.

BRAND, Peter; MUÑOZ, Edwin. Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde uma perspectiva política. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, v. XXI, n. 1, p. 47-70, jan./jul. 2007

COSTA, H. S. M., & ALMEIDA, D. A. O. Agricultura Urbana: possibilidades de uma práxis espacial? *Caderno de Estudos Culturais*, v. 4, n. 8, p 1-21. 2017

COUTINHO, M. N. Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010

DELGADO, C. Integrating food distribution and food accessibility into municipal planning: Achievements and challenges of a Brazilian metropolis, Belo Horizonte. In *Integrating Food into Urban Planning*; Cabannes, Y., Marocchino, C., Eds.; UCL Press: London, UK, 2018; pp. 209–228

EGZIABHER, A. G., LEE-SMITH, D., MAXWELL, D. G., MEMON, P. A., MOUGEOT, L. AND SAWIO, C. *Cities Feeding People: An Examination of Urban Agriculture in East Africa*, International Development Research Centre, Ottawa. 1994



FERREIRA, Rubio Jose. Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: Contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE. In: FERREIRA, Rubio Jose. Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: Contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE. 2015. Tese (Doutorado e Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. P. 72. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10701>. Acesso em: 2 dez. 2022

FGVces, Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano. FGV EAESP. 2022

FUTURE POLICY. Belo Horizonte Food Security Policy; 2020. Disponível em: https://www.worldfuturecouncil.org/wp-content/uploads/2016/01/WFC_2009_Future_Policy_Award.pdf. Acessado em 2 de dezembro de 2022

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. (org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. Negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017

GHIACCHÈ, G.; PORTO, L. Políticas Públicas de Agricultura Urbana e Periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. Revista Informações Econômicas v. 45, n. 6, p. 1-116, novembro/dezembro 2015.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Regiões Rurais 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Políticas Públicas de Agricultura Urbana**. São Paulo: 2022a. Disponível em: <https://100politicas.escolhas.org/>

INSTITUTO ESCOLHAS. **Políticas Públicas de Agricultura Urbana**. São Paulo: 2022b. Disponível em: <<https://100politicas.escolhas.org/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio-Tecnico-Plataforma-PPAU.pdf>>. Acessado em 02 de dezembro de 2022.

LAL, R. Home gardening and urban agriculture for advancing food and nutritional security in response to the COVID-19 pandemic. Food Sec. 12, 871–876 (2020). <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01058-3>

LEE, B.; BINNS, T.; Dixon, A. B. The Dynamics of Urban Agriculture in Hanoi, Vietnam. Field Actions Science Reports [Online], Special Issue 1 | 2010, Online since 25 June 2010, connection on 30 April 2019. URL: <http://journals.openedition.org/factsreports/464>

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Oxford: Blackwell, 1993

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. Agricultura Urbana. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.



MOUGEOT, L. (1999): Urban agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges, Havana, Cuba, 1999

NAZURI, N. S et al. The Exploration of Empowerment: Participation of Urban Agriculture Communities with Presence of Social Capital. International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences, 12(1), 98–120. 2022

PAIVA, Julia de Souza Campos. **Revisão crítica do Projeto Urbanístico para a cidade de Belo Horizonte**. In: 1º Encontro Latino-Americano de Engenharia e Sociedade – São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/engenhariaesociedade/trabalho/88752>>. Acesso em: 15/03/2023 às 18:24

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. **A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova Capital mineira**. Temporalidades, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2009

ROCHA, C.; LASSA, I. Urban governance for food security: The alternative food system in Belo Horizonte, Brazil. Int. Plan. Stud. 2010, 14, 389–400

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: FAO/MDS/SESAN/DPSD, jun. 2007. 89 p.

SMIT, Jac; RATTA, Annu; e NASR, Joe. Agricultura Urbana: alimentação, emprego e cidades sustentáveis. PNUD, Habitat II Série, 1996

STEENKAMP, J.; CILLIERS, E.J.; CILLIERS, S.S.; LATEGAN, L. Food for Thought: Addressing Urban Food Security Risks through Urban Agriculture. Sustainability 2021, 13, 1267. <https://doi.org/doi:10.3390/su13031267>

SOUZA, Yago Evangelista Tavares De et al.. Agricultura urbana em belo horizonte: conexões entre direito à cidade e o direito à alimentação. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78399>>. Acesso em: 18/03/2023 16:04

ONU, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (ST/ESA/SER.A/420). New York: United Nations. 2019

WHO, 2012. The World Health Organization Quality of Life (WHOQOL). Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-HIS-HSI-Rev.2012.03>